

# **Governança Urbana e Redes Sociais**

## **o Potencial das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação**

Autoria: Klaus Frey

### **Resumo**

O presente artigo analisa o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação para o fortalecimento de redes sociais e a democratização da governança urbana. São apresentadas as concepções teóricas de governança urbana e de redes sociais e discutidas algumas ambivalências que o novo modelo organizacional da rede acarreta para a vida política e social na emergente sociedade da informação. A partir de reflexões acerca do processo de apropriação das novas tecnologias informacionais no mundo contemporâneo, de um lado, e de algumas características do sistema político-administrativo municipal, de outro, o artigo discute possíveis implicações das TICs no âmbito da governança urbana. As dificuldades enfrentadas pelo Instituto Ágora – Cidadania Interativa na implementação de alguns projetos incipientes de democracia eletrônica em Curitiba servem como base para as considerações finais sobre a perspectiva de um modelo de governança urbana apoiado em redes eletrônicas sociais.

### **1. Introdução**

Em função dos programas de ajuste estrutural que foram implementados em boa parte dos países nas últimas décadas, envolvendo políticas de austeridade, desregulação, privatização e uma retração geral do Estado da esfera econômica, o setor público está sofrendo grandes transformações, sobretudo um aumento da dependência das decisões de agentes econômicos privados. Em boa parte das cidades observa-se uma crescente perda de governabilidade. Faltam condições e ferramentas adequadas de gestão para implementar iniciativas capazes de promover um desenvolvimento sustentável urbano, respeitando as exigências de justiça social. Faltam estruturas e instituições de governança local apropriadas para estimular a ação coletiva e articular os diferentes atores locais em torno de objetivos comuns de desenvolvimento local.

Os recentes processos de transformação econômica e social parecem exigir novos modelos inovadores de gerenciamento, assim como novos instrumentos, procedimentos e formas de ação adequados para criar condições favoráveis que auxiliem os administradores públicos a lidar com os novos desafios da sociedade globalizada.

Entretanto, a crescente complexidade dos processos locais de tomada de decisão e a ampliada agenda urbana – tornando cada vez mais relevantes temas como o desenvolvimento econômico local, geração de emprego, segurança pública e a poluição e deterioração ambiental – revelaram a incapacidade das instituições políticas e administrativas locais em lidar com esses novos desafios para as políticas públicas locais.

Perante a percepção de uma aparente incapacidade sistêmica do setor público em enfrentar os efeitos colaterais da globalização, dos mercados livres e de sistemas enfraquecidos de segurança social, a “community option” (Clavel et al., 1997), o fortalecimento do capital social (Putnam, 1995; 2000a; 2000b), do terceiro setor e das redes de movimentos sociais (Scherer-Warren, 1993; 1999), assim como a ampliação da participação pública (Abers, 1998a; 1998b; Frey, 2002) se apresentam como alternativas promissoras, particularmente em

nível local, às estratégias tradicionais baseadas ou na ação centralizada do Estado ou nas soluções de mercado.

Reconhecendo as novas potencialidades relacionadas à ampliação dos atores sociais envolvidos na gestão da coisa pública, a literatura sobre gestão pública vem crescentemente enfatizando o tema de “governança” (*governance*), salientando novas tendências de administração pública e de gestão de políticas públicas, particularmente a necessidade de mobilizar todo conhecimento disponível na sociedade em benefício da melhoria da *performance* administrativa e da democratização dos processos decisórios locais. De acordo com a concepção de governança urbana, a melhoria da qualidade de vida nas cidades não é *negócio* exclusivo de governo, mas sim tarefa e responsabilidade compartilhada entre todas as organizações e cidadãos que constituem o tecido institucional e social da cidade.

A concepção da governança pública ganha uma nova qualidade com a disseminação progressiva das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no setor público e na própria sociedade. Conforme Castells (1999; 2000; 2001) o novo paradigma das tecnologias da informação representa a base material que permite a expansão penetrante de redes em toda a estrutura social da sociedade contemporânea. Neste sentido, as TICs apresentam um potencial promissor para promover redes eletrônicas no espaço urbano, assegurar uma maior interatividade entre os atores locais e, finalmente, transformar a gestão pública em benefício da transparência administrativa, da ampliação da participação pública e do fortalecimento da democracia local.

Neste trabalho discutimos as concepções conceituais de governança urbana e redes sociais e a importância das TICs para a sustentação destas abordagens. Na sequência, serão apresentadas as iniciativas do “Instituto Ágora – Cidadania Interativa” em Curitiba e avaliadas concernentes a sua possível contribuição para um modelo de governança urbana, apoiado em redes eletrônicas sociais.

## **2. Governança Urbana – Um Novo Conceito em Gestão Público e Política**

Apesar de os conceitos teóricos de governança serem multifacetados (Hirst, 2000; Rhodes, 2000), não há dúvida alguma sobre uma mudança substancial – tanto em política urbana quanto em teoria urbana – dos conceitos tradicionais, baseados no princípio da autoridade estatal, para abordagens de *governança*, frisando novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo, o crescente setor voluntário ou terceiro setor. A criação de redes e as parcerias público-privadas são processos políticos cada dia mais dominantes no novo mundo urbano fragmentado e são essenciais para a abordagem da governança. “Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente” (Stoker, 2000, p. 93).

A ampliação do debate da governança se deve certamente à retração do Estado promovida pelas estratégias neoliberais nas últimas duas décadas e à evidente incapacidade das instituições públicas enfraquecidas de lidar eficientemente com os crescentes problemas urbanos, ou em outras palavras: “A governança é a face aceitável dos cortes de gastos” (Stoker, *apud* Rhodes, 2000, p. 55). Essa afirmação polêmica revela a ambigüidade da abordagem da governança. Se por um lado ela propõe ser uma abordagem neutra, visando descrever as transformações que estão realmente acontecendo nos sistemas político-administrativos modernos, por outro lado, existem evidências claras do fundo ideológico das diferentes concepções.

Em geral podemos distinguir entre versões de governança que enfatizam como objetivos principais o aumento da eficiência e efetividade em aspectos governamentais, e outros que focalizam sobretudo o potencial democrático e emancipatório de novas abordagens da governança.

Mais intensamente discutido na literatura internacional é a abordagem da “boa governança”, promovida por agências de desenvolvimento internacional como o Banco Mundial e a UNDP. Essas agências internacionais defendem a criação de uma estrutura política, administrativa e social estável, como um componente indispensável para a modernização econômica ou como uma pré-condição para a promoção de um desenvolvimento humano sustentável (Rhodes, 2000, p. 57; Hirst, 2000, p. 14-5). Enquanto que no conceito da UNDP o foco recai na redução da pobreza, criação e garantia de empregos, proteção e regeneração ambiental e no avanço das mulheres (UNDP, 2003), na versão defendida pelo Banco Mundial, como bem lembra Hirst (2000), mesmo o escopo da decisão democrática é determinado pelas necessidades e expectativas dos mercados: “Essencialmente, ele deve se concentrar em políticas que façam os mercados funcionar e que dêem a eles *inputs* sociais apropriados de baixo custo, como educação e saúde” (Hirst, 2000, p. 14-5).

De modo semelhante, o novo modelo de gerenciamento de serviços públicos sugerido pelo movimento da “nova administração pública”, tem como ponto focal o melhoramento da qualidade de vida por meio de novas formas compartilhadas de prestação de serviços. No entanto, ao transferir – dentro de diretrizes e metas políticas e administrativas gerais – a prestação de serviços públicos para agências autogerenciadas, grande parte das decisões de caráter político acabam retiradas da agenda política e dos debates públicas, cabendo à participação política um papel subordinado ou meramente instrumental (Rhodes, 2000, p. 56-7; Hirst, 2000, p. 18). Há outras abordagens como “Governança como um Sistema Sócio-Cibernético” ou “Governança como a Nova Economia Política” (Rhodes, 2000), onde a preocupação com o aumento da eficiência e da eficácia está também no centro da discussão, em detrimento do potencial democrático e emancipatório.

É na abordagem de rede que a dimensão do poder se torna mais evidente. Visto que estratégias de gerenciamento baseadas na coordenação de redes dependem da existência de confiança mútua e de um ambiente de cooperação, tais estratégias podem ser vistas como mecanismos alternativos de coordenação e alocação de recursos a mercados, baseados na competição de preços, como também a burocracias, baseadas em ordens administrativas (Rhodes, 2000, p. 61). As redes dependem da interdependência entre as organizações e também do princípio da auto-organização. Entretanto, também dentro da abordagem de rede existem diferenças com relação ao julgamento da capacidade do Estado de direcionar tais redes e ao necessário grau de independência perante as autoridades estatais.

Numa versão mais emancipatória o conceito de governança “tem relação com as novas práticas de coordenação de atividades através de redes, parcerias e fóruns deliberativos que cresceram nas ruínas da representação corporativista mais centralizada e hierárquica do período até os anos 70” (Hirst, 2000, p. 18-9). Esse tipo de “governança social negociada” pode ser considerado “um novo estilo de governança e como uma fonte de novos experimentos na prática democrática” (*ibid*, p. 19). Nessa perspectiva a abordagem da governança pode ser vista como uma possibilidade de restaurar a legitimidade do sistema político pela criação de novos canais de participação e parcerias entre o setor público e o setor privado ou iniciativas voluntárias, contribuindo para novas formas democráticas de interação público-privada. Nessa abordagem de governança emancipatória a ênfase está no aumento de poder social, ou seja, a inclusão e o fortalecimento dos não-poderosos nos processos de tomada de decisão política, enquanto que a eficiência administrativa é considerada um objetivo subordinado.

Não obstante as divergências que os diversos conceitos de governança apresentam, em todos as concepções de governança discutidas ganham destaque as redes sociais e informacionais como base estrutural de qualquer sistema de cooperação público-privada na nova sociedade da informação. Portanto, analisaremos a seguir criticamente o conceito de rede. Na sequência, abordaremos as ambigüidades que acompanham a disseminação do modelo de organização em rede na sociedade informacional, para finalmente poder analisar melhor a relevância das redes sociais para a concepção de governança urbana.

### **3. O conceito de rede**

Quais, então, as características particulares que diferenciam redes de outros tipos de coordenação social, sobretudo o mercado e as organizações? Podemos distinguir algumas características da organização em rede que parecem ganhar cada vez mais relevância no mundo contemporâneo (Weyer, 2000, p. 5-10). Enquanto mercados são coordenados através de mecanismos de preço, de uma forma específica e espontânea, organizações através de regras formais, de uma forma não-específica e baseadas em regulamentos, redes sociais são normalmente coordenadas por meio de discurso fomentando relações de confiança mútua.

Em relações de mercado os atores costumam ser independentes, em organizações hierárquicas dependentes, ao passo que em redes é imprescindível a ocorrência de formas de cooperação entre os membros da rede, viabilizadas e sustentadas por relações de interdependência. O acesso aos mercados é aberto, pelo menos para aqueles com suficiente poder aquisitivo. No caso de organizações o acesso é regulamentado por normas. No caso de redes, o acesso é restrito aos seus membros, excluindo não-membros. O horizonte de tempo, nas relações de mercado, é de curto prazo; em organizações de longo prazo; em redes, finalmente de médio prazo. O último critério se refere à maneira como conflitos são resolvidos. No caso de relações de mercado, a arbitragem é garantida por lei; nas organizações pela distribuição de poder; ao passo que em redes, conflitos são decididos através de negociação.

Alega-se que redes são capazes de proporcionar resultados que normalmente só o mercado ou as hierarquias são capazes de produzir, apresentando porém vantagens adicionais. Em redes pode ocorrer todo tipo de troca sem os seus membros serem expostos às incertezas e riscos das transações de mercado. Redes facilitam um comportamento coordenado, sem a necessidade de aceitar a rigidez de organizações inflexíveis e burocráticas. A rede se mostra como a única estrutura de ação capaz de cumprir duas funções básicas: primeiro, a função estratégica de reduzir incerteza com relação ao comportamento de outros atores, como competidores ou parceiros; segundo, a função instrumental de melhoria da performance, isto é, o aumento de resultados produzidos. Na esfera econômica as redes são consideradas formas superiores de organização por serem “mais flexíveis e melhor adaptadas à natureza volátil da nova economia global” (Rifkin, 2001, p.23). Além disso, redes parecem preservar a autonomia dos parceiros e aumentar sua capacidade de aprendizagem.

Neste sentido, redes sociais podem ser compreendidas como formas independentes de coordenação de interações. Sua marca central é a cooperação, baseada em confiança entre atores autônomos e interdependentes, os quais trabalham em conjunto por um período limitado de tempo, levando em consideração os interesses dos parceiros e estando conscientes de que esta forma de coordenação é o melhor caminho para alcançar seus objetivos particulares. É em função desta capacidade de agregação que redes têm um grande potencial para instigar processos de aprendizagem e são defendidas para a implementação de projetos de inovação, nos casos de que os riscos envolvidos se apresentarem altos demais para cada um dos parceiros sozinho (Weyer, 2000, p. 11).

#### 4. As ambivalências da sociedade em rede

Uma referência crucial para a nossa reflexão sobre a importância de redes sociais para a governança urbana é a análise de Manuel Castells da sociedade moderna, considerando a predominância da “organização em rede” a sua mais determinante característica (Castells, 1999; 2000; 2001). “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (Castells, 1999, p. 497).

Enquanto em boa parte das reflexões teóricas e estudos empíricos sobre redes sociais, sustentadas ou não por TICs, predominam percepções e expectativas positivas, vinculando a estrutura de rede a tendências de aprofundamento da democracia, aumento da transparência, da interatividade e da capacidade de organização e de ação coletiva, a realidade da vida social não necessariamente corresponde a estas expectativas.

Ao contrário, as tendências gerais do ciberespaço tendem a reforçar os já bem conhecidos processos de exclusão e de aumento de concentração de poder, tanto no âmbito econômico quanto político (Sassen, 1997; Castells, 1999; 2001). Em primeiro lugar, as TICs provocam tendências de segmentação e exclusão dentro do próprio ciberespaço. As novas redes não apenas distribuem poder, mas elas tornam possível a disseminação de novas e diferentes formas de poder. Uma das importantes manifestações de tais ciber-segmentações é a proliferação das Intranets privadas ou corporativas que são fortalezas excessivamente vigiadas e isoladas da Internet aberta (Sassen, 1997, p. 228). Mas estas tendências de exclusão e concentração de poder não são exclusividade do ciberespaço, mas tendem a determinar a vida social, política, cultural e econômica também no âmbito da vida real.

Na sua teoria do “espaço de fluxos”, Castells salienta não apenas as dimensões econômicas e políticas, mas também as dimensões culturais destes processos de segmentação, baseados em estruturas sócio-técnicas. Sua interpretação da dinâmica social da sociedade em rede revela interessantes percepções sobre transformações sociais induzidas pelas TICs. Como resultado, pode-se chegar a um melhor entendimento das perspectivas de redes sociais e as possibilidades do uso das TICs em prol do desenvolvimento sustentável urbano.

De acordo com Castells, a articulação espacial das funções dominantes na sociedade em rede acontece dentro de redes de interação, viabilizada pela utilização de equipamentos de telecomunicação. A infra-estrutura pode ser vista como expressão desta rede de fluxos, cuja arquitetura e conteúdo são determinados pelas formas existentes de poder (Castells, 1999, p. 437). Isto é, a base material deste espaço de fluxos é proporcionada pela criação de infra-estrutura de telecomunicação, que tende a excluir grandes segmentos sociais dos benefícios da sociedade de informação.

No que diz respeito à organização social espacial, Castells argumenta que a sociedade informacional é organizada de uma forma assimétrica em torno dos interesses dominantes da elite econômica:

“A forma fundamental de dominação de nossa sociedade baseia-se na capacidade organizacional da elite dominante que segue de mãos dadas com sua capacidade de desorganizar os grupos da sociedade que, embora constituam maioria numérica, vêm (se é que vêm) seus interesses parcialmente representados apenas dentro da estrutura do atendimento dos interesses dominantes. A articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser os mecanismos gêmeos de dominação social em nossas sociedades” (Castells, 1999, p. 440).

Consequência desta tendência é um crescente afastamento do mundo do *big business* e da política organizada – onde ocorre a acumulação de poder e de riqueza e cujo espaço de referência é o mundo como um todo – das comunidades locais, cujas experiências são criadas localmente e baseadas na suas culturas específicas, as quais, por sua vez, são resultado de um processo histórico específico. O poder global segue cada vez mais uma lógica própria, esquivando-se das críticas das sociedades nacionais e, mais ainda, das comunidades locais. Esta rede global de dominação garante sua exclusividade não por meio da obstrução explícita do acesso, mas pelo desenvolvimento de regras e códigos culturais específicos, cuja posse abre o acesso a estas estruturas e redes de poder.

Do ponto de vista destas redes dominantes de poder isto significa que, de um lado, é preciso conservar as instituições democráticas, a fim de poder manter as aparências democráticas, de outro lado, são erguidas barreiras culturais para evitar a entrada de representantes políticos dos setores mais populares nos mais altos círculos do poder onde são tomadas as decisões estratégicas. As principais decisões são tomadas em microrredes pessoais, em comunidades simbolicamente segregadas que representam uma subcultura de pessoas interconectadas, ligadas a localidades comuns. Essas comunidades privadas representam os pontos nodais neste espaço de fluxos, onde preocupações e interesses privados são discutidos em círculos fechados e, subsequentemente, projetados para as macrorredes, sustentadas, por sua vez, pelas tecnologias de telecomunicação.

Um segundo elemento mencionado por Castells, o qual contribui para a distinção cultural de elites na sociedade da informação, está relacionado à criação de um estilo de vida peculiar que dá homogeneidade à elite informacional e transcende as fronteiras culturais tradicionais de sociedades nacionais. Consequência é uma certa uniformização do ambiente simbólico das elites no mundo todo, substituindo as particularidades, historicamente condicionadas, de cada localidade.

A interpretação de Castells da sociedade da informação e seus mecanismos e estratégias utilizadas pela elite empresarial da nova economia informacional é bastante reveladora, especialmente se vista em contraste com os processos de fragmentação e segmentação que podemos observar na sociedade civil, sobretudo em nível comunitário.

“Segue uma esquizofrenia estrutural entre duas lógicas espaciais que ameaça romper os canais de comunicação da sociedade. A tendência predominante é para um horizonte de espaço de fluxos aistórico em rede, visando impor sua lógica nos lugares segmentados e espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de compartilhar códigos culturais” (Castells 1999, p. 451-2).

Na “era do acesso” (Rifkin, 2001) “a migração do comércio humano e da vida social para o âmbito do ciberespaço isola uma parte da população humana do resto em proporções nunca antes imagináveis. A separação da humanidade em duas diferentes esferas de existência – a chamada divisão digital – representa um momento determinante na história” (Rifkin, 2001, p. 14). Além da organização social em rede, o que é precisa ser levada em consideração, de acordo com Rifkin, são as condições de acesso a estas redes: “Acesso é, antes de mais nada, sobre distinções e divisões, sobre quem deve ser incluído e quem deve ser excluído” (*ibid*, p. 15).

## 5. Redes sociais: parceiras de governos na governança urbana?

No Brasil, o avanço das TICs e sua importância para o processo político-administrativo parece ainda bastante limitado, apesar do progresso que podemos observar nas regiões mais desenvolvidas do país. Os avanços se concentram, de um lado, na utilização das TICs para tornar a ação administrativa e a coordenação entre as diversas unidades administrativas mais eficientes, através da criação de bancos de dados e de sistemas de informação e o uso de Intranets para melhorar o fluxo de informação interno da administração pública. De outro lado, observa-se avanços significativos na prestação de serviços *on-line* ao cidadão através da Internet. De forma ainda mais limitada, um crescente número de municípios investe na criação de pontos de acesso público, seja por programas de criação de Telecentros em âmbito comunitário, seja através de quiosques de acesso em repartições públicas, visando a ampliação do número de beneficiados pela oferta de serviços eletrônicos. De maneira geral, ainda são bastante limitadas estratégias que exploram as TICs como “ferramenta de capacitação política da sociedade” (Ruediger, 2002, p. 1).

A fim de poder avaliar melhor as possíveis implicações da inclusão progressiva das TICs no sistema político-administrativo local e, com isso, refletir sobre possíveis estratégias para evitar as tendências de exclusão social, as quais parecem ainda mais revigoradas no contexto da sociedade informacional, é preciso considerar os seguintes pontos de referência.

Em primeiro lugar, é necessário considerar como costuma se dar o processo de apropriação das novas tecnologias informacionais no mundo contemporâneo. Os processos socialmente mais impactantes não são aqueles que ocorrem exclusivamente neste novo mundo do espaço virtual, mas sim aqueles caracterizados pela articulação eficiente do mundo virtual com o mundo real. As TICs e a Internet são, antes de mais, ferramentas que nós permitam resolver as nossas tarefas de forma mais efetiva e eficiente, mas também em um patamar qualitativo diferenciado. Estratégias de cooperação em redes se tornaram mais promissoras na sociedade da informação, porque as TICs permitiram uma articulação instantânea dos integrantes da rede, garantindo maior flexibilidade e adaptabilidade e com isso a superioridade deste modelo organizacional no mundo globalizado.

Para entender possíveis implicações das TICs no âmbito da governança urbana é necessário, em segundo lugar, considerar as atuais formas de interação que predominam na arena política local.

Na literatura sobre gestão e política municipal no Brasil costuma-se identificar algumas estruturas e padrões de ação político-administrativos como responsáveis primários pelas dificuldades da consolidação de uma prática democrática e uma política municipal mais consistente. Particularmente, são mencionados o clientelismo, o populismo, a cooptação, o “rent-seeking” e a própria corrupção como alguns desses padrões político-administrativos, os vícios da política brasileira, que formam a base do sistema tradicional de dominação de elite. São também considerados a base da exclusão dos grupos sociais menos organizados e articulados e dos interesses comuns dos processos de decisão política.

No Brasil, desde sempre, os processos político-administrativos são dominados pelas elites políticas (Medeiros, 1994, p. 10). Por isso, tentativas de fazer valer o princípio da dominação racional-legal através de uma modernização centralista se mostraram, em regra geral, insuficientes. O Estado nacional autoritário, recorrendo aos meios autoritários de exercício de poder, sempre dependia das formas tradicionais de negociação e de barganha com as instâncias administrativas e governamentais subordinadas e com as forças sociais politicamente mais poderosas, para poder assegurar um consenso social mínimo, garantir a

legitimidade política (não necessariamente democrática) e a perpetuação das relações de poder existentes. Do mesmo modo, no âmbito da política local, é a barganha informal por favores por parte dos mais poderosos atores políticos que garante a funcionalidade do sistema político e, ao mesmo tempo, a manutenção do modelo existente de dominação. Interdependências, baseadas em relações de amizade, de parentesco ou de interesse, são a base de tais redes de negociação informal que se esquivam do controle público e democrático. A fidelidade para com os membros do próprio grupo conta bem mais do que a fidelidade para com as instituições públicas ou os partidos políticos (Motta, 1994, p.177).

Consequentemente, são características fundamentais do sistema político brasileiro a despolitização, a apropriação privada e a instrumentalização das instituições políticas no interesse da elite política que conduz os processos governamentais. As tendências da “privatização do público, destituição da fala e anulação da política”, que Francisco de Oliveira (1999) atribui ao suposto “totalitarismo neoliberal” do governo Fernando Henrique Cardoso, certamente não se restringem a este governo em particular, mas antes representam padrões políticos fortemente enraizados na cultura política do país, visando suprimir dissenso e a resolução pública de conflitos sociais, e se manifestam inclusive na política municipal (Frey, 1996; 2002). Esta estratégia está baseada em um consenso básico entre os grupos sociais dominantes de manter a massa da população fora do alcance dos processos decisórios para, desta maneira, garantir a perpetuação das relações assimétricas de poder.

Este modelo político, que ainda hoje prevalece em boa parte dos municípios brasileiros, está baseado, de um lado, no controle monopolizador do acesso ao poder político e aos recursos financeiros e informacionais, de outro lado, na distribuição clientelista e populista de favores e benefícios, visando satisfazer, de maneira seletiva, as necessidades sociais básicas, buscando assegurar a legitimidade política do exercício do poder. Entretanto, em função da progressiva democratização e pluralização das forças políticas, do fortalecimento dos movimentos sociais, das iniciativas cidadãos e, de forma geral, da sociedade civil, assim como do importante papel exercido pela mídia de massa no controle público da política, este modelo de dominação, baseado no consenso de elite e na exclusão, perde crescentemente legitimidade democrática.

As iniciativas de um crescente número de governos locais, visando a ampliação da participação popular nos processos político-administrativos através de formas inovadoras de intermediação de conflitos e busca de soluções coletivas, como por exemplo os conselhos municipais, o orçamento participativo ou a Agenda 21, representam tentativas de romper com este consenso da elite, criar contra-poderes capazes de enfrentar as redes tradicionais dos grupos sociais dominantes, bem como garantir à população em geral o acesso aos recursos financeiros e informacionais, aos serviços públicos e às arenas de tomada de decisão política.

Tendo em vista, de um lado, o processo de apropriação desigual das TICs no mundo contemporâneo e, de outro, os padrões políticos dominantes, hoje crescentemente contestados, coloca-se a questão como as novas tecnologias, na medida em que elas se tornam mais presentes na política urbana, serão absorvidas pelo sistema político-administrativo local e quais implicações deve se esperar para as relações de poder e os processos político-administrativos locais.

No Brasil, ainda não dispomos de estudos empíricos sobre as implicações do crescente uso das TICs para o processo político-administrativo local. Portanto, estamos nos movendo, ainda, em um campo bastante especulativo, embora existam alguns indícios que, em nosso entender, nos permitem fundamentar avaliações sobre as possíveis implicações políticas do avanço da sociedade da informação em âmbito local e, particularmente, sobre os possíveis riscos para o futuro da gestão e democracia local. Tais avaliações consideramos fundamentais para refletir sobre possíveis estratégias capazes de prevenir tendências anti-democráticas deste processo.

Antes de tudo, deve-se esperar que o potencial de articulação e de coordenação inerente às TICs será explorado, de forma mais efetiva, por parte dos atores sociais hoje já dominantes na política municipal. Os próprios governos e os outros atores economicamente mais fortes costumam ter acesso às TICs e as utilizam no seu dia-a-dia. Os gestores e instituições governamentais locais são os “*gatekeepers*” da governança urbana, “as instituições e indivíduos que determinam as regras e condições de admissão e controle de quem ganha acesso e de quem é excluído da sociedade baseada em redes” (Rifkin, 2001, p. 178). Já hoje são em geral eles que determinam quem faz parte das redes de políticas públicas (“*policy networks*”) formais ou informais. A medida em que os processos informacionais e de negociação invadem o espaço virtual, o poder dos *gatekeepers* e dos gestores públicos deve aumentar. A princípio, são eles que decidem quais informações são disponibilizados para quais grupos sociais e quais grupos ou atores terão acesso a quais fóruns virtuais de negociação, sejam estes de caráter formal ou informal.

Além disso, deve-se esperar que a elite local, particularmente o poder econômico local, que de acordo com Daniel (1988) desempenha um papel fundamental no processo decisório local, ao se valer das novas TICs no processo político, consegue, de forma ainda mais eficiente, ampliar suas vantagens informacionais, facilitar o processo de busca de consenso entre seus pares e coordenar suas ações para melhor impor seus interesses no processo político-administrativo local.

Se estas suposições estejam corretas é para se esperar que as novas tecnologias informacionais e comunicacionais tendem a fortalecer ainda mais as forças políticas dominantes e as práticas de exclusão social e política, pelo menos se não houver estratégias explícitas para contrariar esta tendência geral. Mais quais as tendências que nos podem dar motivo de otimismo com relação à possibilidade de reverter esta situação?

Podemos identificar três processos relevantes. Em primeiro lugar, as iniciativas dos próprios municípios em buscar ampliar o acesso público, preferencialmente gratuito, à Internet e em buscar estimular a participação da população na formulação de políticas públicas através de meios eletrônicos. Nos municípios brasileiros este processo está ainda muito incipiente, porém, tanto no Brasil quanto nos países mais desenvolvidos os experimentos locais em democracia eletrônica aumentam significativamente e ganham relevância política (Frey, 2002).

Em segundo lugar, é preciso considerar as experiências dos movimentos sociais e, sobretudo, ambientais globais que mostram que a apropriação das TICs e a perseguição de estratégias de formação de redes podem também ser ferramentas efetivas de resistência e contestação contra as forças dominantes que determinam a atual sociedade em rede. Conforme Castells “a Internet se tornou uma das mais importantes ferramentas de organização e mobilização dos ambientalistas no mundo todo, aumentando a consciência das pessoas sobre caminhos alternativos de vida e construindo as forças políticas para que isso aconteça” (Castells, 2001, p. 280). Neste sentido, deve-se esperar que os movimentos locais, de um lado, se beneficiam desta articulação em âmbito global, melhoram sua situação informacional, adotam estratégias semelhantes no âmbito local, de forma que estejam efetivamente em condições de criar um contra-poder capaz de enfrentar as redes políticas tradicionais na arena política local.

Uma terceira tendência são as redes cívicas que em municípios no mundo todo ganham importância, buscando aumentar o engajamento cívico da população e seu envolvimento nas políticas locais através dos novos meios eletrônicos.<sup>1</sup> Além da preocupação com o acesso público às tecnologias, estas iniciativas visam, através do uso das TICs, revigorar a articulação e cooperação nas comunidades locais, estimular o exercício da cidadania e o aprofundamento da democracia local. Castells (2001, p.144-5) identifica três características

básicas das redes cívicas: primeiro, elas proporcionam informações das autoridades locais e de uma variedade de associações cívicas; segundo, elas organizam a troca horizontal de informações e de conversação eletrônica entre os participantes das redes; e terceiro, elas permitem a pessoas e organizações que ainda não estão presentes na Internet de se envolver no networking on-line.

O caso empírico a ser relatado e analisado em seguida se enquadra nesta última categoria de iniciativas. A criação de redes cívicas em âmbito municipal e comunitário deve ser considerada uma pré-condição para a introdução de um sistema de democracia eletrônica na política municipal. Se as comunidades locais não dispõem de oportunidades para experimentar o uso dessas tecnologias no seu dia-a-dia, adaptando suas formas de ação coletiva às novas possibilidades da era digital, quaisquer iniciativas de governança ou democracia eletrônica promovidas por governos locais esbarrarão na falta de preparo dos seus possíveis usuários.

É justamente pelo potencial de promoção da ação coletiva e de fortalecimento de processos de cooperação, inerente à estrutura organizacional de rede, que a opção comunitária se tornou tão atraente para a política local. No entanto, resultados positivos só podem ser esperados se as comunidades locais conseguirem colocar em prática o modelo de interação social da colaboração em rede, e isto não obstante as condições gerais bastante desfavoráveis para processos de inovação social impulsionados de baixo para cima, conforme análise de Castells.

## **6. A experiência do Instituto Ágora – Cidadania Interativa**

O Instituto Ágora – Cidadania Interativa é uma organização não-governamental que, de acordo com o folder da instituição, tem como objetivo principal a promoção “da cidadania interativa, permitindo que o cidadão se comunique de maneira fácil e direta com as autoridades públicas locais e com seus concidadãos, tornando o espaço público mais democrático”. Os projetos desenvolvidos pelo instituto são baseados em experiências internacionais (Frey, 2002), adaptadas à realidade brasileira, e funcionam no Portal da Cidadania Interativa ([www.institutoagora.org](http://www.institutoagora.org) e [www.cidadaniainterativa.com.br](http://www.cidadaniainterativa.com.br)). A seguir, são apresentados os principais projetos do instituto.

### **Rede Cívica de Curitiba**

Seguindo à experiência da cidade italiana de Bologna e sua rede cívica IPERBOLE<sup>2</sup>, o Instituto Ágora começou em 2002 com a criação e implementação da rede cívica da cidade de Curitiba. Inicialmente, um grande número de informações cidadãs, especialmente informações sobre organizações, iniciativas e associações locais foi disponibilizado em um mapa digital. Todas as informações podem ser acessadas através de um click no respectivo ícone no mapa. A fim de dar uma identidade própria à rede cívica e de facilitar a navegação neste sistema de informação e comunicação, os ícones foram adaptadas às particularidades de Curitiba. O tópico educação, por exemplo, é representado pelo símbolo dos “faróis do saber”, as bibliotecas comunitárias da cidade, e pelo prédio histórico da Universidade Federal do Paraná.

Considerando o conhecimento sobre a cidade e sua vida política e social essencial para o exercício da cidadania na era digital, o projeto prevê que o cidadão consegue acessar todas as relevantes informações sociais e políticas através do mapa digital. A expectativa é que o mapa digital se transforma em uma importante referência no dia-a-dia dos e-cidadãos, que aumentam as interações entre cidadãos e as associações da sociedade civil e entre cidadãos e as autoridades locais e, finalmente, que pouco a pouco se desenrola uma rede cívica efetiva.

Além das informações disponibilizadas no mapa, foram criados fóruns de debate para permitir a troca de informações, opiniões, experiências e idéias entre os integrantes da rede. Espera-se que os canais de comunicação se tornem ferramentas importantes para intensificar o diálogo entre cidadãos, sociedade civil e autoridades públicas, para estimular discussões sobre tópicos relevantes para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida local e, finalmente, para promover oportunidades de aprendizagem mútua e de troca de experiências e informação.

### **Parlamento Jovem**

Inspirado pela experiência da cidade finlandesa de Espoo<sup>3</sup>, o Instituto Ágora está implementando um parlamento jovem em Curitiba com o objetivo de estabelecer um fórum virtual de deliberação política para os jovens. Hoje em dia, os jovens parecem muito pouco interessado em questões políticas. No entanto, esta situação também pode ser relacionada à falta de canais apropriados de participação que atendem as expectativas e necessidades específicas dos adolescentes e jovens adultos. No melhor dos casos, os jovens são *objeto* de políticas locais; raramente eles são participantes ativos em processos de tomada de decisão política. Até às 16 anos eles não têm o direito de votar e não dispõem possibilidades para expressar suas demandas e expectativas, pelo menos não no âmbito de procedimentos democráticos formais. Por isso, um dos principais objetivos do Parlamento Jovem é exatamente a criação um espaço particular para jovens que lhes proporciona oportunidades para experimentar democracia e exercer a cidadania.

Portanto, uma das características particulares do Parlamento Jovem é que sua atuação não se restringe ao próprio ciberespaço. O objetivo é conectar a emergente comunidade política virtual estreitamente às arenas políticas tradicionais e, conseqüentemente, aos processos de tomada de decisão política. Os tópicos a serem discutidos, em geral, devem ser relacionados com os problemas reais que afetam os jovens cidadãos. Neste sentido, as TICs são consideradas instrumentos importantes para dar suporte às arenas políticas tradicionais e aos processos decisórios locais. As discussões são moderadas por especialistas, seguindo critérios previamente estabelecidos (“*netiquete*”), e sustentadas por um “Centro de Pesquisa” onde o usuário encontra informações (artigos, leis, reportagens, relatórios, etc.) relacionadas aos tópicos específicos a serem discutidos. O objetivo é garantir uma boa qualidade e um alto grau de reflexividade no processo participativo. Para o futuro está prevista a criação de um parlamento real constituído por representantes do fórum virtual. As propostas e demandas, coletadas nos fóruns virtuais, serão discutidas e votadas no parlamento e, na seqüência, submetidas às autoridades locais e à mídia local, a fim de poder assegurar que as discussões terão conseqüências efetivas para o processo real de tomada de decisão política.

### **Rede Interativa de Jovens Cidadãos (Conexão do Futuro)**

O objetivo principal desta rede virtual é fortalecer a já existente rede de estudantes da rede pública das escolas do estado do Paraná que é apoiada pelo Instituto Internacional do Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) e os Núcleos Regionais da Secretaria do Estado do Paraná (SEED). Em junho de 2002, o Instituto Ágora organizou, em cooperação com seus parceiros locais – IIDAC, SEED e The British Council – uma “chamada de projetos” com o intuito de encorajar os jovens estudantes a submeter projetos que utilizam “novas” e “antigas” mídias – Internet, rádio, TV – para a promoção do desenvolvimento sustentável nas suas comunidades. Entre mais de 100 projetos submetidos, 10 propostas foram selecionadas na categoria de projetos já implementados e 10 na categoria de idéias de projetos. De cada uma dessas propostas três estudantes e um professor responsável foram convidados a participar do

seminário “Conexão do Futuro”, realizado em Curitiba entre os dias 23 e 25 de setembro de 2002. Todas as propostas foram apresentadas em sessões de poster e discutidas em oficinas, contando com a participação de especialistas do Brasil e do Reino Unido.

Depois do seminário os estudantes tiveram a oportunidade de manter contatos com os especialistas através de uma rede virtual, criada no Portal da Cidadania Interativa. O propósito principal foi dar a oportunidade aos estudantes de questionar e interrogar os especialistas durante o processo da elaboração da versão final do projeto, que tinha que ser submetido até o dia 8 de novembro. Dois dos projetos mais promissores foram selecionados para participar em dezembro do Seminário Brasil-Reino Unido “Comunidades locais e comunicação” em Porto Alegre onde receberam o Prêmio Paranaense de Cidadania Interativa.

### **Dificuldades e Desafios**

Todos os projetos mencionados encontram-se ainda em uma fase inicial, enfrentando uma série de dificuldades que colocam em questão a sustentabilidade dos projetos que têm como objetivo o uso das TICs em favor da democracia e do desenvolvimento local. Portanto, gostaria de salientar apenas algumas dimensões críticas que parecem impedimentos para a consolidação de iniciativas locais de e-democracia ou, pelo menos, evoquem questões que precisam ser consideradas para poder repensar as respectivas estratégias.

O primeiro ponto está relacionado à chamada *divisão digital*. Em países como o Brasil onde apenas uma minoria pequena da população tem acesso à Internet parece difícil imaginar como a comunicação eletrônica através da Internet pode contribuir para a revitalização da democracia. A questão que se coloca é se a chamada democracia eletrônica não corre o risco, face à exclusão digital, de ainda revigorar o modelo tradicional da democracia de elite.

Por outro lado, é preciso considerar que a mais promissora inovação democrática que pode-se esperar do uso político da Internet provavelmente não será relacionada à massificação de processos democráticos, mas antes à criação de novos fóruns públicos e abertos de reflexividade permitindo a troca de argumentos e opiniões e fomentando o diálogo e a interação comunicativa como uma prática política diária. Através da disseminação de “desenhos discursivos”, a racionalidade comunicativa pode ser fortalecida e um tipo de democracia deliberativa ou discursiva promovido.<sup>4</sup>

Do ponto de vista dos teóricos da democracia deliberativa, um dos maiores desafios de projetos de democracia eletrônica é estimular a reflexividade e uma troca efetiva de opiniões e pontos de vista entre os participantes. Só assim podemos esperar que não apenas as pessoas envolvidas nestes processos discursivos serão melhor preparadas para a democracia e o exercício da cidadania, mas que além disso, por meio do fortalecimento de uma esfera pública virtual, os processos políticos reais podem de fato ser influenciados. Este objetivo, no entanto, só pode ser alcançado se, de um lado, estes fóruns virtuais lidam com tópicos que afetam efetivamente as pessoas nas suas vidas diárias de modo que um envolvimento ativo pode ser estimulado e, de outro lado, estes processos virtuais são integrados e vinculados com os processos políticos tradicionais. Daí a necessidade de um envolvimento ativo dos governos locais e de outras instituições políticas em tais fóruns virtuais, não necessariamente como participantes ativas nos fóruns de debate, mas pelo menos como facilitadores que providenciam informações relevantes e estão dispostos a acompanhar as discussões e a considerar os resultados dos debates virtuais nos processos políticos reais.

O seminário Conexão do Futuro mostrou a importância da inclusão de outras mídias como a TV e os rádios comunitários para a criação de redes cívicas e de projetos de e-democracia. Sendo a TV e o rádio os meios eletrônicos mais disseminados entre os cidadãos, o desafio

consiste em articular estes meios tradicionais com a Internet, de modo que as vantagens da Internet podem ser disponibilizadas para mais amplos setores da sociedade, ou por intermédio de outros meios eletrônicos ou por outras instituições de intermediação como telecentros, associações de moradores, escolas, etc.

Um outro ponto crucial para projetos sociais envolvendo o uso das TICs se refere à dificuldade de mobilizar os cidadãos para se engajar em tais projetos. Daí a importância dada por parte do Instituto Ágora às visitas às escolas, ongs e associações de vizinhança para motivar os cidadãos a participar na rede cívica e nos fóruns virtuais.

## **7. Considerações finais**

A sociedade civil global está se organizando com o objetivo de preparar propostas para o Global Summit on the Information Society que será realizado em Genebra (2003) e Tunis (2005).<sup>5</sup> O movimento dos ‘civic networks’ adquiriu uma dimensão igualmente global, com o propósito de renovar a vida social e democrática na sociedade da informação contemporânea. Em nível local, o número de iniciativas governamentais e não-governamentais, experimentando com novas formas de participação via Internet, está crescendo constantemente. Apesar da tendência dominante de um ciberespaço crescentemente privatizado e comercializado e de um desenvolvimento do setor de telecomunicação marcado pela lógica do mercado e do lucro rápido, todas essas iniciativas indicam possibilidades de o ciberespaço futuramente operar como um espaço de experimentação democrática capaz de contribuir para o aprofundamento da democracia.

Se, como salienta Castells, “o Estado na era da informação é um Estado em rede, um Estado constituído por um complexo *web* de compartilhamento de poder e de formas negociadas de tomada de decisão entre instituições políticas internacionais, multinacionais, nacionais, regionais, locais e não-governamentais” (Castells, 2000, 14), então torna-se indispensável que as pessoas estejam preparadas e treinadas para essas novas práticas de coordenação social e de tomada de decisão. Iniciativas como redes cívicas, fóruns de discussão e sistemas de mediação on-line, apresentadas neste artigo, são fundamentais para preparar as instituições e organizações para essas novas formas de “governança social negociada” (Hirst, 2000, 19), e para treinar os cidadãos na arte de conversação, negociação, argumentação e deliberação.

Enquanto as democracias representativas liberais parecem funcionar melhor no contexto de uma *civic culture*, em que o cidadão não é necessariamente racional e ativo, mas “pode combinar algum grau de competência, envolvimento e atividade com passividade e não-envolvimento” (Almond/Verba, 1963, p. 487), dando suporte a um modelo elitista de tomada de decisão política, a emergente sociedade em rede se mostra bem mais severa: ou se faz parte da rede e se está habilitado para explorar as oportunidades que as novas tecnologias e as redes sociais oferecem, ou se está condenado a ficar à margem dos processos sociais e políticos: “sendo desligado significa estar condenado à marginalidade” (Castells, 2001, p.277).

Até hoje, a relevância efetiva do ciberespaço para a governança urbana é ainda muito limitada. As decisões mais importantes na política municipal são ainda tomadas nos fóruns e redes tradicionais, de caráter formal ou informal. Talvez seja isto, ao lado da exclusão digital, uma das restrições principais para projetos de democracia eletrônica local. Enquanto o ciberespaço não é valorizado por parte do sistema político-administrativo como esfera política alternativa de formação de opinião e de tomada de decisão, projetos de e-democracia são condenados ao fracasso ou a uma relevância marginal na vida política.

De qualquer forma, consideramos fundamental avanços na exploração da Internet como uma ferramenta de organização social da sociedade civil. Como as experiências da Rede Cívica e do Parlamento Jovem de Curitiba demonstram, é a mobilização da população e da sociedade

civil como também do poder público para se engajar ativamente em tais projetos o desafio principal para garantir o sucesso dos projetos. Na medida em que se consegue ampliar significativamente o número de atores envolvidos, aumenta também a relevância política dos projetos.

No futuro deve-se esperar que formas alternativas de participação cidadã, alinhadas com as necessidades e expectativas dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, desempenharão um papel muito mais importante para a legitimidade política do que o sistema representativo tradicional. A participação política via Internet pode se tornar um canal adicional dentro de uma variedade de novas formas de engajamento cívico e participação democrática. A e-democracia certamente não substituirá a forma tradicional do processo político representativo, mas pode sim complementá-la de uma maneira que novos padrões democráticos podem emergir, ampliando o envolvimento público na deliberação democrática. Além disso, a democracia virtual tem que ser relacionada aos problemas reais que as comunidades locais estão enfrentando. Nas palavras de Pierre Lévy, trata-se da necessidade de “pensar a *articulação* de dois espaços qualitativamente muito diferentes, o do território e o da inteligência coletiva” (Lévy, 2000, p.194).

As experiências do Instituto Ágora demonstram que iniciativas de democracia eletrônica que visam promover ou fortalecer redes sociais e estimular a sociedade civil e os cidadão comuns para assumir um papel mais ativo na governança urbana não precisam necessariamente ter origem no próprio poder público. No entanto, sem um comprometimento dos governos locais com tais formas inovadoras de participação popular dificilmente vamos chegar a um novo modelo de governança urbana que prevê como característica básica a cooperação ou gestão compartilhada, envolvendo um número crescente de atores locais na gestão da coisa pública.

Em um mundo cada vez mais caracterizado pelo individualismo e consumismo e, simultaneamente, por uma capacidade decrescente das agências estatais em promover o bem-estar social, crescem as expectativas que a Internet poderia contribuir para um aumento da confiabilidade, para o fortalecimento dos laços sociais nas comunidades locais e, por conseguinte, para a mitigação dos efeitos sociais negativos de nosso sistema econômico liberal de mercado. Entretanto, não deveríamos ser ingenuos acreditando que a Internet vai fomentar por si só, sem uma intervenção institucional declarada, a formação de tais redes sociais e cívicas. Ao contrário, existem indícios claros que boa parte dos usuários da Internet estão muito mais preocupados em curtir e aprofundar suas predileções individuais no âmbito de comunidades de interesse do que no bem-estar de seus vizinhos no âmbito das comunidades territoriais. Além do mais, as pessoas parecem muito mais inclinadas em fazer parte em salas de bate papo com correligionários, de uma maneira não comprometidora, do que em discussões moderadas sobre questões públicas. Considerando a tendência geral de um declínio do engajamento cívico e do capital social, que parece uma característica dominante da sociedade contemporânea<sup>6</sup>, um grande desafio é “como usar o potencial enorme da comunicação intermediada por computadores para tornar os nossos investimentos no capital social mais produtivos” (Putnam, 2001, p.180). É por isso que iniciativas como a Rede Cívica ou o Parlamento Jovem de Curitiba necessitam do suporte por instituições e organizações locais capazes de dar sustentação para tais redes na esfera real da vida política e social. Apenas neste caso estas redes sociais podem desempenhar um papel significativo na busca de um novo modelo de governança urbana.

## Referências

- ABERS, R. Learning democratic practice: Distributing government resources through popular participation in Porto Alegre, Brazil. In: Douglass, M.; Friedmann, J. (orgs.). *Cities for Citizens. Planning and the rise of civil society in a global age*. Chichester: John Wiley & Sons, 1998 (a), p. 39-65
- ABERS, R. From clientelism to cooperation: local government, participatory policy, and civic organizing in Porto Alegre, Brazil. In: *Politics & Society*, v.26, n.4, Dezembro, 1998 (b) p. 511-537
- ALMOND, G.A.; VERBA, S. *The civic culture*. Princenton: UP, 1963
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede. A era da informação: Economia, sociedade e cultura (Vol.1)*, São Paulo: Paz e Terra, 1999
- CASTELLS, M. Material for an exploratory theory of the network society. In: *British Journal of Sociology*, v. 51, n.1, 2000, p.5-24
- CASTELLS, M. *The Internet Galaxy. Reflections on the Internet, Business, and Society*. Oxford: Oxford University Press, 2001
- CLAVELS, P.; PITT, J. & YIN, J. The community option in urban policy. *Urban Affairs Review*, v. 32, n.4, March 1997, p.435-458
- DANIEL, C. Poder local no Brasil urbano. In: *Espaço & Debates*, v.8, n.24, 1988, p.26-39
- DRYZEK, J. *Discursive democracy: politics, policy, and political science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990
- FREY, K. Deliberative Demokratie und städtische Nachhaltigkeit. Konzeptionelle Überlegungen und Erfahrungen aus der brasilianischen Kommunalpolitik. In: *Lateinamerika-Analysen*, v.1, n.1, 2002, p.83-113
- FREY, K. Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: Eisenberg, J.; Cepik, M. (orgs.). *Internet e Política. Teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p.141-163
- FREY, K. Crise do Estado e estilos de gestão municipal. In: *Lua Nova*, n.37, 1996, p.107-138
- GUIDI, L. Democracia eletrônica em Bolonha: a rede IPERBOLE e a construção de uma comunidade participativa on-line. In: Eisenberg, J. e Cepik, M. (orgs.). *Internet e Política. Teoria e prática da democracia eletrônica*. UFMG: Belo Horizonte, 2002, p.164-190.
- HABERMAS, J. *Die Einbeziehung des Anderen. Studien zur politischen Theorie*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1997
- HIRST, P. Democracy and governance. In: Jon Pierre (org.): *Debating governance: authority, steering and democracy*. Oxford University Press: New York, 2000, pp. 13-35
- LÉVY, P. *Cibercultura*. 2<sup>nd</sup>. ed., São Paulo: Editora 34, 2000
- MEDEIROS, A.C.d. The politics of decentralization in Brazil. In: *European Review of Latin American and Caribbean Studies*; n.57, 1994, p.7-27
- MOTTA, P.R.. Participação e descentralização: lições de experiências brasileiras. In: *Revista de Administração Pública*; v.28, n.3, 1994, p.174-194
- OLIVEIRA, F. d. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política. In: Oliveira, F.; Paoli, M.C. (orgs.). *Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: NEDIC/Vozes, 1999

PUTNAM, R. Bowling alone: America's declining social capital. In: Journal of Democracy, v.6, n.1, 1995, p.65-78

PUTNAM, R. Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000; (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993)

PUTNAM, R. Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon & Schuster, 2001 (First Touchstone Edition)

RIFKIN, J. The age of access. The new culture of hypercapitalism where all of life is a paid-for experience. Penguin Putnam: New York (First Trade Paperback Edition), 2001

RUEDIGER, M.A. Governo eletrônico e democracia – uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPAD, 2002

SASSEN, S. Cyber-Segmentierungen. Elektronischer Raum und Macht. In: MÜNKER, S.; ROESLER, A. (orgs.). Mythos Internet. 1st. Edition. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, p. 215-235

SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993

TAMBINI, D. Civic networking and universal rights to connectivity: Bologna. In: Rsagarousianou, R. et al. (eds.): Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks. London: Routledge, 1998, p.84-109.

TAMMI, A.; NERELLI, E. NuvaNet and Nettiiparlamenti – Democracy turns into reality on the Internet. In: Tiihonen, P. (ed.): Politics & Internet. Helsinki: Oy Edita Ab, 1999. 2<sup>nd</sup> International Congress. Report on Politics & Internet Congress, held in Helsinki, Finland, January 6-9, 1999, pp.102-107

UNDP. Good governance and sustainable human development. Governance for sustainable human development. A UNDP Policy document. Available: <http://magnet.undp.org/policy/chapter1.htm#b> [acessado: 28 de abril de 2003]

WEYER, J. Soziale Netzwerke. Konzepte und Methoden der sozialwissenschaftlichen Netzwerkforschung. München/Wien: R. Oldenbourg, 2000

<sup>1</sup> O movimento global de redes cívicas organizou diversos congressos nos últimos anos; o primeiro em Barcelona em 2000, o segundo em Buenos Aires em 2001 ([www.globalcn2001.org](http://www.globalcn2001.org)); o último congresso foi realizado em Montreal, em Outubro 2002 ([www.globalcn2002.org](http://www.globalcn2002.org)).

<sup>2</sup> Ver a respeito, Guidi (2002) e Tambini (1998).

<sup>3</sup> Veja também, Tammi/Nerelli (1999).

<sup>4</sup> Ver por exemplo, Dryzek (1990) e Habermas (1997).

<sup>5</sup> Mais informações sobre a plataforma da sociedade civil são disponível no seguinte site:

<http://www.geneva2003.org>

<sup>6</sup> Compare o estudo de Robert Putnam (2001) sobre o declínio do capital social na sociedade norte-americana.